> Sobre o resgate de obras filosóficas escritas por mulheres e algumas implicações pedagógicas

> On the retrieval of the philosophical works written by women and some pedagogical implications

por Nastassja Saramago de Araujo Pugliese

Professora Adjunta do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da UFRJ, doutora em Filosofia pela Universidade da Georgia, pesquisa História da Filosofia Moderna e Filosofia da Educação, é membro do Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica no Departamento de Filosofia (UFRJ). E-mail: nastassja.saramago@fe.ufrj.br. ORCID: 0000-0002-1961-3873.

Resumo

Neste artigo-ensaio, aponto que a pesquisa sobre as obras escritas por mulheres na filosofia tem implicações práticas que interferem no nosso modo de ensinar filosofia e de vivenciar a prática filosófica acadêmica. Elaborando sobre experiências de aula recentes, pretendo mostrar que o projeto de resgate tem um cunho pedagógico na medida em que deixa explícitos vieses de interpretação histórica e fenômenos sexistas da cultura acadêmica. Finalmente, mostro que o projeto de resgate ensina que a história tem conexões profundas com o presente e que, por isso, o espaço de criação de conteúdo da sala de aula e temas de filosofia da educação tornam-se fundamentais para o projeto de ampliação do cânone filosófico.

Palavras-chave: Mulheres. Filosofia. Cânone. Ensino. Pedagogia.

Abstract

In this essay paper, I show that the research on the philosophical works written by women has practical implications that interfere in our way of teaching Philosophy and experiencing its academic practice. Building from recent classroom experiences, I try to show that the retrieval project has a pedagogical aspect as it makes explicit historical interpretation biases and sexist phenomena of the academic culture. Finally, I show that the retrieval project also shows that History has deep connections with the present and, for this reason, the space for content creation in philosophy classrooms and topics in philosophy of education become key for the project of expansion of the philosophical canon.

Keywords: Women. Philosophy. Canon. Teaching. Pedagogy.

> Artigo recebido em 17.06.2020 e aceito em 09.09.2020.

Esta filosofia é feminista. [...] o feminismo afirma um fato empírico relativamente simples, juntamente com uma proposta ética também bastante simples: as realidades sociais tendem a, categoricamente, apresentar opções inadequadas às mulheres e, assim, as condições que permitem e ampliam esta opressão devem ser eliminadas ou transformadas.

Chris Cuomo em *The Philosopher Queen*

1. Introdução¹

No ano de 2019, fui convidada por alunas de duas universidades para dar três palestras. Dois dos três convites eram pedidos para que eu falasse sobre a minha pesquisa atual a respeito do resgate das obras escritas por mulheres na história da filosofia. O terceiro, feito pelo Centro Acadêmico de Filosofia, era um pedido para que eu falasse para os alunos ingressantes na graduação de filosofia sobre a minha experiência individual como mulher na academia e na filosofia. Este terceiro convite me levou a repensar as relações entre o texto, a pesquisa

¹ Agradeço às alunas e alunos do curso de Licenciatura em Filosofia e do curso de Pedagogia da UFRJ em 2018 e 2019, aos convites para abrir os eventos dos alunos na PUC-Rio e na UFRJ no ano de 2019 e pelas sugestões dos quatro pareceristas anônimos que avaliaram versões anteriores deste ensaio e o ajudaram a ganhar uma forma mais orgânica. Fundamental também marcar aqui a importância que o trabalho como co-fundadora e co-editora do Blog Mulheres na Filosofia da UNICAMP e como integrante do coletivo de pesquisadoras Filósofas na Rede tiveram para solidificar minha visão de que o projeto de resgate é muito mais amplo do que o trabalho especializado de exegese e de pesquisa em arquivos e bibliotecas que busco realizar. O projeto de resgate é coletivo e só faz sentido porque há engajamento e comprometimento de muita gente. Meu agradecimento a todas aquelas que, por movimentarem essa roda, são fonte contínua de apoio e inspiração para esta pesquisa. Queria registrar também que a preparação deste texto para publicação foi feita durante a pandemia de COVID-19 de 2020, período de sobrecarga extrema para mulheres mães e acadêmicas. Foi por causa do apoio de diversas pessoas, a quem também agradeço, que este trabalho de edição conseguiu ser realizado ainda que precariamente.

estritamente filosófica e acadêmica e a reflexão feita a partir da pesquisa para um público específico, em formação, cujo interesse é saber justamente sobre o que não interessa à pesquisa: minhas experiências individuais e suas relações com o meu tema de interesse filosófico. O pedido dos alunos e das alunas me levou a direcionar o olhar para os aspectos não filosóficos, não científicos presentes no tema mas que até então eu considerava periféricos na pesquisa sobre resgate histórico das obras escritas por mulheres na filosofia. As idéias dispostas aqui têm ainda o espírito de uma conversa com estudantes ingressantes, mas também têm a função de apontar e de relacionar mais explicitamente questões que precisam de maior tratamento metodológico e filosófico para poderem caminhar melhor juntas: o resgate histórico, suas origens e suas implicações.

No breve artigo "Filosofia Substantivo Feminino"², apresentei dois pontos gerais sobre o projeto de resgate: que ele nos mostra que a existência de obras escritas por mulheres na história da filosofia é uma questão de fato e que o resgate é uma questão de direito. Ou seja, mulheres produziram filosofia ao longo da história e a comunidade filosófica não investiga estas obras o suficiente. Argumentei que é preciso sanar este problema para termos conhecimento destas obras e melhorarmos nossa compreensão das diversas épocas da história da filosofia, de suas condições de produção e de sua complexidade. O estudo destas obras também abre novas questões, dentre elas, o debate sobre a educação das mulheres, suas condições e sua história, bem como sobre a influência do ensino formal na produção filosófica. O resgate também se mostra como uma questão de direito porque estas obras, ao evidenciarem suas contribuições para a filosofia

² Nastassja Pugliese, "Filosofia Substantivo Feminino", 2020, p. 1.

e para ciência, fazem parte da história intelectual das mulheres. Um efeito do resgate é trazer consciência para a ausência de uma memória coletiva relacionada às produções femininas, nos mostrando que no imaginário coletivo os espaços em que as mulheres aparecem com direito de rememoração e pertencimento são restritos aos campos da reprodução social. Assim, o resgate aponta para falhas nas nossas expectativas educacionais e nossos hábitos formativos. A percepção desta falta aponta a necessidade de ações práticas de transformação e adequação dos currículos, dos programas de cursos e do modo como tratamos temas filosóficos estigmatizados como periféricos e as obras representantes da história da filosofia no contexto da sala de aula e do ensino de filosofia. Com os mapas de ausências trazidos pelo projeto de resgate, fica clara também a importância dos estudos de gênero, dos feminismos como filosofias políticas e da filosofia (e da história) da educação como disciplinas aliadas da história da filosofia.

Isto porque, o projeto de resgate também envolve a investigação sobre as diferentes condições (e expectativas) que existiram no passado e que perduram nos dias de hoje a respeito do acesso das mulheres à educação formal. O mapeamento destas condições explicita o sexismo estrutural e cultural aos quais as mulheres estão submetidas. Como aponta bell hooks em *Ensinando para transgredir*, por exemplo, há uma cultura, um hábito, uma prática comum de diferenciar homens e mulheres no que diz respeito ao acesso (ou direito) ao aprendizado e a atuação nas letras:

No Sul [dos Estados Unidos], na época do *apartheid*, as meninas negras de classe trabalhadora tinham três opções de carreira. Podíamos casar,

podíamos trabalhar como empregadas e podíamos nos tornar professoras de escola³.

Essa denúncia da bell hooks de que o casamento é visto (pelas pessoas, pela comunidade, pela sociedade) como uma carreira para mulheres da classe trabalhadora, ecoa histórias que ouvi de minhas alunas, como esta: “meu pai só tinha dinheiro para colocar um filho na escola, ele escolheu o filho homem, pois as mulheres poderiam ter oportunidade econômica casando”. Esse modo de diferenciar como conduzir a economia familiar de modo a realizar as melhores escolhas para filhos e filhas, esse modo de realizar escolhas é uma operação intelectual feita a partir de certos valores que incluem a associação (muitas vezes não exatamente consciente ou não exatamente explícita) de certas expectativas às mulheres. Esse conjunto de expectativas que recai sobre a educação dos meninos e das meninas de modo diferenciado, e que acaba por oferecer mais condições de autonomia aos meninos do que às meninas, é uma dimensão (real) da sociedade patriarcal. O patriarcado, portanto, não é uma ilusão feminista, mas um modo de operação das relações sociais, muitas vezes silencioso, muitas vezes fruto da necessidade econômica, muitas vezes revestido de amor e de cuidado (e não só de violência explícita) que faz com que o seu irmão (ou o seu tio ou o seu pai ou o seu avô) tenha tido mais oportunidades de formação, tenha recebido mais investimento para se estruturar profissionalmente do que sua irmã (ou a sua tia ou a sua mãe ou a sua avó), porque, afinal de contas, sua “irmã” tem outros meios de garantir a subsistência. O patriarcado é um modo das famílias se estruturarem e descreve uma família cujo chefe e provedor - de direito e por dever - é o pai, o homem que, por ser o chefe, por ser o provedor, manda na casa como

³ bell hooks, *Ensinando para transgredir*, 2019, p.10.

se os integrantes da família fossem não pessoas com autonomia e liberdade, mas objetos de seu exercício de poder e autoridade. Isso não quer dizer, obviamente, que toda família tradicional cujo homem é provedor principal é uma instância do patriarcado.⁴ Isso não quer dizer que uma família em que a mãe seja provedora principal não seja construída a partir de autoritarismo e opressão de gênero já que mulheres podem ser machistas e homens podem ser feministas. As relações entre gênero e as variáveis que geram situações de opressão e subserviência são complexas. O que é importante aqui é o reconhecimento destas expectativas sociais que recaem de modo distinto sobre homens e mulheres e que prejudicam as mulheres mais do que os homens. No nosso caso, importa perceber que o sexismo estrutural e cultural afasta e dificulta o acesso das mulheres à educação formal, ao ensino superior e a uma vida de dedicação à pesquisa e à ciência.

Então, por mais que haja tanto homens quanto mulheres não-alfabetizados, o ponto é que há mulheres não-alfabetizadas cujo analfabetismo é fruto de uma escolha de outros (e não delas), ou seja, há mulheres que foram escolhidas para serem sacrificadas, mulheres que tiveram seus direitos à educação suspensos, deixados em segundo plano, por serem mulheres. E são esses os casos que interessam na discussão porque são eles que evidenciam o contexto social que sustenta, que estrutura a história da educação das mulheres ou a história social das mulheres, ou simplesmente, a história das mulheres. Como argumenta Mary Wollstonecraft no *Reivindicação dos Direitos das Mulheres*, a escolha dos homens em privar as mulheres da educação formal,

⁴ Não vou me estender muito sobre o conceito de patriarcado aqui, mas aponto que o utilizo como um conceito-denúncia que faz e fez parte das nossas histórias compartilhadas.

educando-as apenas para servir de companhia aos homens⁵ (ou como defende Rousseau, no *Emílio*, educadas para o prazer dos homens⁶) evidencia a desigualdade de direitos entre homens e mulheres. O direito político das mulheres começa, justamente, argumenta Wollstonecraft, pelo direito à educação.⁷

Eu inicio a reflexão sobre as implicações práticas do projeto de resgate falando desses temas sensíveis – sexismo, patriarcado e direito à educação – porque eu poderia muito bem começar descrevendo a situação política, econômica e social das mulheres no século XVII, na qual elas não podiam ter instrução formal porque as universidades e as instituições de ensino superior não aceitavam mulheres. Eu poderia começar ilustrando esse quadro seiscentista para vocês, esse estado de coisas, e a partir daí motivar a discussão sobre o resgate das obras escritas por mulheres na história da filosofia e explicar – o que nos é evidente – a ausência delas no cânone das obras tradicionais. É assim que fazem para introduzir este tema: localiza-se a exclusão na história, apontando que no século XVII, por exemplo, as mulheres não tinham acesso ao ensino superior. Isto é uma verdade e uma causa legítima. Mas eu não introduzo assim aqui e agora porque, novamente, eu quero chamar a atenção para o fato de que a condição social da mulher no século XVII não é uma fantasia histórica e muito menos uma condição de um mundo longínquo que já não nos diz respeito dado que não existe mais. Trago bell hooks e os testemunhos de meus alunos para apontar que podemos hoje, no nosso espaço-tempo específico, testemunhar, experimentar,

⁵ Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, 2018, p. 106-108.

⁶ Jean-Jacques Rousseau, *Emílio ou Da Educação*, 2017, p. 416.

⁷ Mary Wollstonecraft, *Op. Cit.*, p. 106-108.

ver de modo objetivo o que é essa situação distinta – de injusta inferioridade política, intelectual e cultural – da mulher. Ou seja, podemos observar estruturas e mecanismos de opressão ainda que vivamos em um mundo no qual a mulher tem direito ao voto, a ocupar cargos públicos, a se divorciar, a estudar e obter diplomas. Neste sentido, o primeiro impacto que o resgate das obras escritas por mulheres gera na nossa concepção de história da filosofia é a idéia de que a história é um processo atual e que diz respeito ao nosso presente.⁸ Em um certo sentido, fazer história da filosofia é também fazer filosofia no presente e a partir da compreensão de nossas condições e histórias individuais. Ainda assim, o resgate da memória individual só faz sentido na medida que, ao contarmos a história pessoal, estamos também mapeando um tempo, uma estrutura, um conjunto de condições materiais que perpassam e ultrapassam as experiências individuais. Assim, resgatar a história individual é também o início do processo de construção da memória coletiva. Afinal, como insistiu Rimbaud: o eu é um outro – ou uma outra, pois bem.⁹

2. Mulheres na filosofia: testemunho e construção da memória coletiva

O projeto de resgate tem este efeito de nos direcionar para a reflexão sobre a nossa experiência filosófica individual (e nos fazer pensar em que medida nossa teoria e nossa prática se alinham), mas também nos leva a pensar sobre nossa experiência coletiva no interior da academia brasileira. Com isso, passei a ler

⁸ Argumentei mais detidamente sobre esse ponto em Nastassja Pugliese, “A questão do cânone e o ensino de história da filosofia”, 2019b, p. 412.

⁹ Arthur Rimbaud, *Obras Completas*, 2018, p. 523.

textos e a ensinar textos produzidos no Brasil por brasileiros afim de buscar conhecer mais e melhor a nossa cultura filosófica e acadêmica. Descobri, então, o texto de Décio Pignatari chamado "Formação e Informação universitárias", sobre os ditos que movem a relação universidade e sociedade, fruto da aula inaugural na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, em São Paulo, ministrada em 1968. Décio chama estes ditos, ou seja, essas idéias gerais que não estão escritas em lugar algum e que povoam o imaginário tanto da sociedade quanto dos membros da universidade, de "slogans secretos das universidades brasileiras". O conceito de "slogan secreto" de Pignatari é, certamente, irônico: não são secretos na medida em que são amplamente conhecidos, mas podem ser ditos secretos pois são intimamente assumidos como verdadeiros, operando enquanto viés de interpretação na cultura universitária.¹⁰ A partir de um exercício proposto por algumas alunas na ocasião da leitura em sala deste texto, passei a querer saber quais os "slogans secretos" que vivenciei na universidade. Foram as alunas que me perguntaram primeiro: "qual senso comum te ronda? Quais preconceitos fundaram seu percurso formativo?".

Os slogans secretos que circulavam na minha época de graduação ainda estão presentes no imaginário da academia hoje e por isso torná-los públicos é importante, pois precisamos acabar de vez com eles. O primeiro deles é a ideia de que mulheres não serão nunca bem sucedidas na filosofia porque mulheres não fazem filosofia. A este comentário seguia a pergunta "conhece alguma mulher filósofa?". Naquela época esta era uma pergunta retórica, pois a resposta implícita era sempre "não". Há uns quinze anos atrás, aqui no Brasil e no mundo,

¹⁰ Décio Pignatari, "Formação e Informação universitárias", 2004, p. 61-68.

era muito difícil rebater esta afirmação com uma formulação positiva, citando uma filósofa de peso. Realmente, sabíamos da existência de, no máximo, umas boas professoras de filosofia no Brasil e no exterior, mas não conhecíamos filósofas como Descartes e Espinosa são filósofos. Esta constatação da ausência, hoje eu sei, não queria dizer que não havia, mas apenas que elas não estavam presentes nas narrativas da história da filosofia a que tínhamos acesso até então. A ausência no discurso não implicava uma inexistência delas na realidade. Neste slogan, entretanto, havia algo além, não era só uma pergunta sobre o número de filósofas que podíamos nomear. Nele vinha embutida a proposição universal negativa: “mulheres não fazem filosofia”. O que eles estavam me dizendo, antes da constatação sobre a limitação da historiografia da filosofia até então, era o seguinte argumento filosófico: que mulher não faz filosofia porque a filosofia é um exercício intelectual, racional, e a racionalidade exige, para ser plenamente exercida, a abstração das coisas do corpo, o afastamento da sensibilidade. Então, dada essa condição para o exercício da filosofia, a “mulher”, definida por suas funções corporais (gerar, ser mãe) e por sua capacidade emocional (o espectro de sentimentos experimentados, a vivacidade com que expressam suas emoções, o comprometimento com o cuidado vindo de sua capacidade de sentir compaixão), se encontra duplamente afastada da filosofia: tanto por sua relação com sua própria subjetividade quanto por sua relação com a subjetividade de terceiros.

Vejamos: o primeiro afastamento, aquele direcionado à sua experiência particular depende da pressuposição de que a mulher, por ser determinada pelas atividades do corpo e pela sua sensibilidade, é menos capaz de cultivar o intelecto e é menos determinada por ele; ou seja, sua capacidade de julgar é mais frágil e sua capacidade de obedecer aos desígnios da razão é mais inconstante. Ao longo

da história da filosofia, houve quem defendesse textualmente que a racionalidade feminina é mais imperfeita que a racionalidade masculina e que por isso, o paradigma, o critério da racionalidade mais perfeita e completa é a racionalidade do homem. A mulher teria uma racionalidade menor, mais frágil, mas por outro lado, seria detentora de uma sensibilidade mais apurada e complexa que se expressaria em uma maior riqueza emocional. Em um contexto em que a filosofia é definida por ser um exercício racional de progressiva abstração das coisas e casos particulares, em direção a construção, descrição de verdades a partir de um ponto de vista universal, a capacidade das mulheres de realizar plenamente esse exercício de abstração e construção universal é, mais do que colocada em dúvida, é negada.

O segundo afastamento da filosofia que ocorre às mulheres é fruto de sua relação com o meio: ou seja, ainda que estejamos diante de uma mulher pensante, intelectual, culta, cultivada e racional, essa mulher não vai ser ouvida do mesmo modo que um homem culto, intelectual, cultivado e racional. Seu espaço na academia, nas ciências, na conversa com os pares é também marcado pelos estereótipos de gênero. E por isso, mulheres realmente tem mais dificuldade de serem levadas à sério, mulheres não fazem filosofia porque ou não pensam de modo suficientemente racional ou porque não fazem os outros pensarem e se engajarem nas questões com a seriedade que elas exigem. Assim, considera-se que a mulher filósofa, quando achamos uma, é filósofa porque estudou filosofia, ultrapassou seu lugar seu desígnio de não-filósofa, enquanto que o homem filósofo é filósofo porque nasceu gênio.

O segundo slogan é sobre a divisão do trabalho de pesquisa por gênero. Diziam: “você tem que estudar temas mais fáceis, temas que tem a ver com você, temas femininos”. Esse slogan tem outras formulações, como por exemplo, a de que mulher não estuda lógica, mulher pesquisa estética, mulher não faz filosofia da ciência ou filosofia da matemática, mulher pesquisa ética. Para além dessa normatividade fantasiosa sobre o que mulheres podem e não podem fazer na filosofia está um problema sério, de caráter sociológico, que é o baixo número de mulheres em áreas de pesquisa consideradas “masculinas” (e difíceis) como a lógica, a epistemologia, a filosofia da ciência, a metafísica. Esse fenômeno não é exclusivo da filosofia; recentemente foi publicada uma pesquisa na revista *Political Science & Politics*¹¹ onde testou-se a hipótese de agendas de pesquisa serem determinadas por interesses de gênero (*gendered research agendas*), o que explicaria o fato de mulheres serem menos citadas do que os homens em certas áreas de pesquisa e o fato de serem menos numerosas como pesquisadoras nestas áreas percebidas como “áreas masculinas”. Este estado de coisas gera um ciclo de dificuldades para mulheres se estabelecerem em áreas “duras” na filosofia (e aqui é importante dizer que a filosofia, de um modo geral, pode ser considerada uma “área dura”, ainda que faça parte das humanidades).

Haslanger, em uma análise do clima acadêmico para as mulheres na Filosofia nos Estados Unidos, argumenta que esta debandada de mulheres para certas áreas do conhecido e sua consequente fuga de outras áreas pode ser explicada, entre outras razões, pelo seguinte mecanismo: o viés fruto dos estereótipos de gênero (que eu aponte no meu primeiro slogan) e o efeito

¹¹ Ellen M. Key e Lawrence Sumner, “You research like a girl: gendered research and its implications”, 2019.

“carreira solo” (*solo status*) levam mulheres a se auto-excluírem da filosofia ou de certas áreas da filosofia.¹² O efeito “carreira solo” aparece muitas vezes em áreas da filosofia como a lógica. Andrea Nye em seu controverso livro *História Feminista da Lógica*¹³ mostra que, em geral, mulheres tendem a se sentir mais desconectadas nas aulas de lógica, como se esta fosse uma disciplina que não é para elas. Essa sensação de não-pertencimento se perpetua porque há poucas ou quase nenhuma mulher que opere no imaginário ou mesmo na experiência real das meninas como sendo exemplo de mulher bem-sucedida na lógica, como grande pensadora da lógica. E isso faz com que as mulheres que estudam lógica tenham uma responsabilidade ainda maior para justamente demonstrar a falsidade do estereótipo que recai sobre elas. Isso leva a um excesso de pressão sobre estas alunas que acabam desistindo de seguir carreira nessa área. Sem falar, é claro, das práticas pedagógicas nocivas e o trato com professores de lógica machistas que não são eventos raros.¹⁴

A proposta de trazer esses slogans à tona é justamente torná-los explícitos para que possamos enfrentá-los nomeando-os como o que realmente são: viés de gênero ou sexismo na academia. As dificuldades que eles trazem contribuem para o nosso *leaky pipeline problem*, ou seja, o fenômeno do afunilamento cujo resultado é um progressivo esvaziamento feminino na academia. O fenômeno do afunilamento em todas as culturas descreve o seguinte evento: os números relativos à presença das mulheres na academia começam, na graduação,

¹² Sally Haslanger, “Changing the ideology and culture of philosophy: not by reason (alone)”, 2008, p. 210.

¹³ Andrea Nye, *História Feminista da Lógica*, 1990.

¹⁴ Em artigo escrito com Gisele Secco (a ser publicado) tratamos mais a fundo destas questões pedagógicas que surgem com o livro de Andrea Nye.

paritários, representando a diferença de gênero que existe em uma sociedade qualquer, e vão diminuindo e ficando cada vez menores quanto mais adiante formos analisar sua presença nos postos mais altos da carreira acadêmica.

Esses slogans são sintomas destes problemas relativos à estrutura das instituições de educação e da filosofia acadêmica, mas também operam como lembretes das motivações exegéticas e historiográficas do projeto de resgate. A pesquisa pelo resgate das obras escritas por mulheres ao longo da história tem recebido especial atenção nos últimos 30 anos.¹⁵ Tradicionalmente, os temas e problemas da história da filosofia são dados pela análise das questões tratadas em obras de uma série quase fechada de grandes autores. Estes autores, começando com os Pré-Socráticos, Platão e Aristóteles, passando pela filosofia medieval cristã, pela filosofia moderna iluminista e chegando à contemporaneidade, formam o que chamamos de cânone tradicional da filosofia ocidental. Esta é a história que consideramos como nosso solo comum; ela também é a história que nos serve de base para nossos diálogos como pesquisadores e como professores. Mas esta história é parcial, incompleta e injusta. Ruth Hagengruber, por exemplo, denuncia que “a história da filosofia como um todo é um registro de inclusões e exclusões, de esquecimento e de redescoberta”¹⁶. Ela notou que a narrativa tradicional sobre a história da filosofia é como uma “história roubada”, porque ela é uma narrativa que priva as mulheres de ouvir sua própria história intelectual. Hagengruber apresenta o argumento analógico de que “mulheres

¹⁵ Algumas pesquisas chave são as de Mary Ellen Waithe, *A History of Women Philosophers*, 1987; Eileen O'Neill, “Disappearing Ink”, 1998; Ruth Hagengruber, “Cutting through the veil of ignorance”, 2015; e Lisa Shapiro, “Revisiting the Early Modern canon”, 2016.

¹⁶ “The history of philosophy as a whole is thus a record of inclusions and exclusions, of forgetting and rediscovering.” Ruth Hagengruber, “Cutting through the Veil of Ignorance”, 2015, p. 34, tradução minha.

que são privadas de suas histórias podem ser comparadas a pessoas que perderam a sua memória. Elas são incapazes de construir uma identidade pessoal.”¹⁷ Assim, como as mulheres se identificariam com as narrativas históricas se, mesmo tendo contribuído, elas nunca foram reconhecidas como parte delas?

Sabe-se hoje que sempre houve a participação das mulheres nas comunidades científicas, e que existe um número significativo de obras seminais de autoria feminina com argumentos inovadores para suas épocas, que, por si só, formariam uma história alternativa da filosofia. Só no século XVII, por exemplo, há obras como as de Mary Wollstonecraft, Elisabeth de Boêmia, Anne Conway, Margaret Cavendish, Emilie du Chatelêt que, se negligenciadas, resultam em uma compreensão parcial e limitada das discussões filosóficas no começo da modernidade. Neste sentido, estudar as obras de autoria feminina é um passo para toda e qualquer investigação em história da filosofia que leve em conta sua complexidade e riqueza. É também um passo fundamental para o reconhecimento das mulheres como sujeitos filosóficos, produtoras de filosofia *stricto sensu* e cujas presenças tanto no cânone da história da filosofia quanto na academia ainda sofrem resistência sexista. As implicações pedagógicas do projeto de resgate podem ser resumidas como aquilo que o mapeamento das ausências nos ensina: que há uma necessidade de transformação da investigação filosófica para que ela não seja um instrumento de exclusão e silenciamento, que há uma necessidade profunda de observação das diferentes experiências dos alunos e alunas em sala de aula (tendo em vista o fenômeno do afunilamento) e,

¹⁷ “Women who are deprived of their histories can be compared to people who have lost their memories. They are unable to build a personal identity.” Ruth Hagengruber, “The Stolen History”, 2020, p. 43, tradução minha.

finalmente, é preciso encontrar modos de acabar com o machismo institucional e combater slogans que operam como viés.

3. Mulheres na história da filosofia: resgate de obras e temas

Finalmente, o projeto de resgate também traz como implicação pedagógica, a contextualização histórica como parte das estratégias de leitura e interpretação textuais. Um erro comum ao descrevermos a situação das mulheres no século XVII é considerar que elas não tinham nenhum acesso à educação porque não podiam frequentar as universidades ou que elas não escreviam filosofia porque não tiveram como ir à universidade e ler as obras dos filósofos e serem treinadas em *disputatios* e *explicatios*. Outro erro ainda mais grave é dizer que tudo isso justifica suas ausências do cânone. Primeiro, tanto havia condições para sua produção de obras filosóficas por mulheres que estas obras existem. Segundo, que as mulheres com alguma condição social e econômica, mulheres da aristocracia ou da burguesia, eram alfabetizadas (e aprendiam letras clássicas e teologia) em casa e depois continuavam seus estudos através de cartas (ensino a distância), com tutores-amigos ou com seus amantes/companheiros/maridos (como o caso de Du Châtelet e Voltaire ou de Sophie de Grouchy e Condorcet). Ou seja, havia algum tipo de acesso à educação ainda que precário. Muitas vezes a educação recebida era da mais alta qualidade, ainda que essas exceções confirmem a regra da falta de acesso. Não podemos esquecer, por exemplo, que a Elizabeth de Boêmia trocava cartas com Descartes e que Descartes foi contratado para ser um desses tutores e ensinar a Princesa Cristina da Suécia. Assim, dizer que a falta de acesso às universidades justifica a

ausência de obras filosóficas escritas por mulheres é ignorar que a maior parte da filosofia dos seiscentos ocorreu em círculos intelectuais que eram mantidos fora da universidade.

Tomando estas mulheres que escreveram clássicos da filosofia dos seiscentos como casos excepcionais – mas existentes e importantes ainda que raros, já que estas mulheres excepcionais produziram obras de filosofia sobre temas centrais e foram debatidas e estudadas e traduzidas e comentadas por seus contemporâneos –, Eileen O'Neill, no artigo *Disappearing Ink*, aponta para outro problema grave, e que recebe pouca atenção, que não é a falta de protagonismo e nem as condições limitadas de participação das mulheres na vida intelectual do século XVII, mas o apagamento de suas obras de nossa memória coletiva:

o que é mais surpreendente é o desaparecimento de nossa memória histórica, até muito recentemente, de quase todos os traços das publicações das mulheres onde constam suas contribuições para o conhecimento teórico do desenvolvido no início da modernidade. Por que não sabemos mais sobre nenhuma destas obras de autoria de mulheres dos séculos dezessete e dezoito que em algum momento foram louvadas, republicadas, traduzidas e comentadas? [...] Por que os livros publicados por mulheres são tratados como se tivessem sido escritos com tinta transparente - uma tinta existente, mas impossível de ser vista¹⁸?

Procurar mostrar a existência dessa tinta é a meta principal do projeto de resgate. Tornar visíveis as obras escritas por mulheres ao longo da história da filosofia pressupõe que devemos e que iremos lê-las, estudá-las, comentá-las, traduzi-las e, acima de tudo, ouvir as vozes dessas mulheres a partir daquilo que

¹⁸ “What is surprising is the disappearance from our historical memory, until quite recently, of almost all trace of women’s published contributions to early modern theoretical knowledge. Why do we no longer know any of the once praised, reprinted, translated, and commented upon books of philosophy by seventeenth - and eighteenth-century women? [...] Why were women’s printed books treated as if written in disappearing ink - extant yet lost to sight?” Eileen O’Neill, “Disappearing Ink”, 1998, p. 19, tradução minha.

elas trazem para a filosofia, procurando respeitar os temas dos quais elas tratam e a maneira com a qual elas realizam a tarefa filosófica. Assim, o resgate das obras gera, como efeito imediato, a reconstrução da memória coletiva a partir da perspectiva da história das mulheres, permitindo às mulheres, o ganho de consciência em relação à sua história e em relação à sua própria identidade. Assim, tornar a tinta da pena com a qual elas escrevem visível é também aumentar a diversidade de tons de vozes presentes na história da filosofia: é ouvir novas vozes. Um efeito menos imediato, mas igualmente importante do trabalho de resgate, é que, quando abrimos espaço para as vozes femininas, nós – mulheres no nosso tempo – também somos chamadas a falar.

A busca por contar a história da filosofia do ponto de vista da produção realizada pelas mulheres traz como corolário a atenção ao autor ou à autora por detrás da obra. O que isso implica é uma disposição de leitura do texto na qual ele – o texto – é tomado como produto de uma mente encarnada, uma mente com corpo e determinações histórico-sociais. Esta disposição de leitura e interpretação fornece mais elementos para a análise das implicações pedagógicas do projeto de resgate, dado que o processo de leitura e de interpretação do texto exige estudo de contexto para captura de suas nuances. O ensino de obras escritas por mulheres não é reduzido ao conteúdo estrito do texto nem limita-se à sua reconstrução, mas passa também por reflexões metodológicas e socio-históricas sobre as condições de produção do texto.

A reflexão sobre o cânone também recoloca questões substantivas (como, por exemplo, a questão sobre a natureza da razão, sua objetividade e relação com as paixões do corpo) e nos leva a repensar as questões que são tomadas como os

fios condutores da história da filosofia. Essas mudanças no fio narrativo da história da filosofia acontecem de tempos em tempos e não são uma novidade própria do resgate das obras escritas por mulheres. Um exemplo de mudança nas perguntas ocorreu ao longo da construção da metodologia analítica de estudo da história da filosofia. Um caso paradigmático, como aponta Shapiro, foi aquele que ocorreu quando se buscou, nos anos 1990, contextualizar a história da filosofia no interior da história da ciência. Esta busca “esforços recentes de contextualização da história da filosofia na história da ciência [que] mudam sutilmente as questões filosóficas centrais e permitem que um maior número de figuras se tornem centrais filosoficamente”¹⁹. Este esforço de contextualizar a filosofia na história das ciências foi realizado nas últimas décadas por diversos historiadores da filosofia moderna que foram, segundo Shapiro, liderados pelo cartesiano e historiador da filosofia moderna Daniel Garber. Garber²⁰ procurou situar a metafísica do século XVII, em especial a metafísica do corpo, nas discussões da história das ciências sobre a natureza da matéria e do espaço. Ao fazer isto, o cânone tradicional da filosofia do XVII não foi exatamente implodido, mas outras figuras passaram a entrar no campo de discussão como Gassendi, Boyle e Newton – o cânone foi expandido.

O começo da filosofia moderna é um período privilegiado tanto para o resgate de obras filosóficas relevantes como para a compreensão dos mecanismos que levam à exclusão das mulheres das narrativas principais. Isto

¹⁹ “recent efforts contextualising the history of philosophy within the history of science subtly shifts the central philosophical questions and allow for a greater range of figures to be philosophically central.” Lisa Shapiro, “Revisiting the Early Modern Philosophy Canon”, 2016, p. 365, tradução minha.

²⁰ Daniel Garber e Michael Ayers, *The Cambridge History of Seventeenth Century Philosophy*, 1998.

porque há um grande número de registros históricos sobre as mulheres que participavam dos círculos intelectuais e uma certa facilidade de acesso às suas obras em comparação àquelas de períodos anteriores.²¹ Assim, o reconhecimento da contribuição de algumas delas ocorre quando fazemos perguntas tradicionais como a questão sobre a natureza da substância. Mas ficam claras quando as perguntas são feitas de modo mais amplo: (1) quais as formas segundo as quais o monismo substancial se apresentou ao longo do século XVII? e (2) quais as implicações, em cada um dos sistemas, da defesa de um tipo particular de monismo para outras noções como a natureza da matéria, a natureza do corpo e, finalmente, para o conceito de imaginação e de razão?

Estas perguntas trazem Descartes e Espinosa como autores tradicionais centrais. Entretanto, elas exigem a ampliação deste cânone sob pena de perda de complexidade na pesquisa. A partir desta chave de leitura da filosofia do XVII, o estudo da recepção ao dualismo cartesiano e ao monismo de Espinosa, por exemplo deve ser feito não apenas de modo restrito ao círculo francês, mas também nos círculos intelectuais da Inglaterra. Quando estruturamos as questões históricas desta forma, Anne Conway e Margaret Cavendish surgem como autoras não-tradicionais a serem investigadas pois possuem obras centrais para a compreensão de alternativas ao monismo e ao materialismo mecanicista.

Vejamos o caso de Anne Conway. Há muito o que ser pesquisado sobre sua filosofia e sua relação com os círculos intelectuais do século XVII. Conway é uma das primeiras mulheres a publicar filosofia em língua inglesa e, certamente, uma

²¹ Charlotte Witt e Lisa Shapiro, “Feminist History of Philosophy”, 2015.

das primeiras a escrever sobre Espinosa.²² O resgate de seu breve tratado de metafísica e também do conjunto de sua correspondência traz uma compreensão mais rica e justa dos debates filosóficos do século XVII. Esta narrativa sobre o começo da modernidade em que Anne Conway aparece como protagonista nos permite traçar os argumentos anti-mecanicistas, a defesa do vitalismo e as teses monistas do começo da modernidade, e capturar de modo mais preciso as discussões filosóficas da época.²³ E ainda, a contribuição de Conway para a metafísica do XVII antecipa críticas que irão ocorrer no século XX como as de Whitehead e Deleuze.

Finalmente, gostaria de trazer novamente a idéia de que a reflexão sobre o cânone da história da filosofia nos leva a entendê-la como processo, e que isso implica a necessidade de uma abordagem holística do texto, num esforço de se adentrar na história de modo que a filosofia se mostre como parte das preocupações científicas mais gerais de um tempo.²⁴ A compreensão da história da filosofia como processo permite também o reestabelecimento de relações entre prática filosófica passada e presente. A idéia de “processo” em oposição à de “repositório”²⁵ deixa lugar para que a investigação sobre as obras passadas cumpra a função não só de retratar a história de um problema filosófico, mas também de relacioná-lo e compreendê-lo contemporaneamente. Assim, a análise da filosofia como processo permite que a abordemos a partir de sua atualidade e contemporaneidade. Além disso, a idéia de história da filosofia como processo implica a rejeição da oposição exclusiva entre problemas e história, já que o

²² Nastassja Pugliese, “Monism and Individuation”, 2019a.

²³ Nastassja Pugliese, “O Principia de Anne Conway”, 2018.

²⁴ Nastassja Pugliese, *Op. Cit.*, 2019b.

²⁵ Justin E. Smith, “The History of Philosophy as Past and as Process”, 2013.

estudo da história é visto como a análise dos problemas em contexto, mesmo que a importância destes problemas não se reduza à um determinado tempo histórico.

Ler obras produzidas por mulheres filósofas e, mais especificamente, ler grandes obras filosóficas do século XVII escritas por mulheres nos permite refazer o caminho que a filosofia percorreu até aqui, recolocando as questões filosóficas fundamentais, renovando o nosso interesse na história e dando um novo fôlego ao nosso fazer filosófico. Há ainda muito caminho, principalmente, se entendermos que esse processo é também o processo de construção de nossa memória coletiva e que está diretamente implicado em nossas experiências enquanto mulheres que fazem filosofia. Deste este ponto de vista, vale lembrar também que as experiências coletivas de ser este outro na história da filosofia não constituem uma experiência homogênea e única e que, portanto, é importante estar atento para a interseccionalidade dos marcadores de gênero, raça e classe e seus desafios estruturantes.²⁶

O projeto de resgate se confunde com a admissão da racionalidade feminina plena, da constatação da qualidade filosófica e da importância das obras escritas por mulheres. Por isso, o projeto também permite, como consequência mais desejada do que o próprio processo especializado de resgate histórico, dar às mulheres o direito de terem as suas histórias (intelectuais), suas experiências

²⁶ Cf. Sueli Carneiro, *A construção do outro como não ser*, 2005; Djamila Ribeiro, *O que é Lugar de Fala?*, 2017; Carla Akotirene, *O que é Interseccionalidade?*, 2018; e Halina Leal, “Feminismo Negro”, 2020.

(filosóficas) e suas práticas filosóficas contadas, lidas, estudadas e reconhecidas coletivamente.

Neste ensaio, então, procurei apontar algumas potencialidades pedagógicas do projeto de resgate: a necessidade de escuta de histórias e memórias individuais (que se relevam múltiplas, coletivas e índices de estruturas sociais comuns), a demanda pela discussões sobre temas até então não considerados filosoficamente relevantes (como, por exemplo, a educação das mulheres e a qualidade das interações sociais de gênero na academia) e a ampliação das investigações sobre questões tradicionais da filosofia em uma busca ativa por outras vozes e soluções.

Nesse sentido, o projeto de resgate também precisa enfrentar os problemas que causam a própria necessidade de resgate, ou seja, as raízes mesmas da ocultação e da ignorância acerca das obras filosóficas escritas por mulheres. Isto indica que o resgate só pode ser realizado plenamente, em todas as suas demandas e motivações, a partir de um engajamento de natureza interdisciplinar já que precisa enfrentar questões de natureza sociológica, histórica e geopolítica. Ainda que a prática acadêmica especializada e a atuação institucional muitas vezes não permitam o engajamento interdisciplinar no âmbito da pesquisa, as questões vindas de múltiplos campos e que conjugam diversos interesses podem ser endereçadas e percebidas no âmbito da prática pedagógica.

Procurei motivar aqui a leitura de que, neste primeiro momento do resgate, seja através da reflexão atenta sobre o ensino de filosofia que os problemas denunciados pelo projeto de resgate histórico possam ser vistos,

descritos e transformados. Isto porque, a necessidade do resgate é fruto, também, dos problemas de gênero na educação (acesso, permanência e alcance), nas instituições e no interior mesmo da prática filosófica (o que se ensina e se pesquisa). Apesar das reflexões em primeira pessoa, apesar da pesquisa pedagógica restrita, localizada espaço-temporalmente, toda esta reflexão parte do princípio de que, mesmo no projeto de resgate, a filosofia não seja sobre cada um de nós individualmente. E penso que não podemos deixar de dizer isso para nossos alunos e alunas: filosofia é sobre o que nos é comum e o que não é, é sobre pensar o que experimentamos e podemos experimentar, é sobre a história, o tempo presente e nossa capacidade de transformação.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 340 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

CUOMO, Cris. *The Philosopher Queen*. Feminist Essays on War, Love, and Knowledge. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2003.

GARBER, Daniel; AYERS, Michael (eds.). *The Cambridge History of Seventeenth Century Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

HAGENGRUBER, Ruth. Cutting through the Veil of Ignorance: Rewriting the History of Philosophy. *The Monist*, v. 98, n. 1, p. 34-42, jan. 2015.

HAGENGRUBER, Ruth. The Stolen History - Retrieving the History of Women Philosophers and its Methodical Implications. In: THORGEIRSDOTTIR, Sigridur; HAGENGRUBER, Ruth (eds.) *Methodological Reflections on Women's Contribution and Influence in the History of Philosophy*. Switzerland: Springer Nature, 2020.

HASLANGER, Sally. Changing the Ideology and Culture of Philosophy: Not by Reason (Alone). *Hypathia*, v. 23, n. 2, p. 210-223, jun. 2008.

HOOKS, bell. *Ensinando para transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

KEY, Ellen M; SUMNER, Lawrence. You research like a girl: gendered research and its implications. *PS: Political Science & Politics*, v. 52, n. 4, p. 663-668, out. 2019.

LEAL, Halina. Feminismo Negro. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 6, n. 3, p. 16-23, 2020. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/feminismo-negro/>. Acesso em: 04 out. 2020.

NYE, Andrea. *Words of Power: a feminist reading of the history of logic*. New York: Routledge, 1990.

O'NEILL, Eileen. Disappearing Ink. Early Modern Women Philosophers and their Fate in History. In: KOURANY, Janet A. (ed.) *Philosophy in a Feminist*

Voice: Critiques and Reconstructions. Princeton: Princeton University Press, 1998.

PIGNATARI, Décio. Informação e formação universitárias. In: PIGNATARI, Décio. *Contrainformação*. São Paulo: Atelier Editorial, 2004. p. 61-68.

PUGLIESE, Nastassja. O *Principia* de Anne Conway: metafísica neoplatônica no século XVII. In: SCHMIDT, Ana Rieger; SECCO, Gisele; ZANUZZI, Inara (orgs.). *Vozes femininas na filosofia*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2018.

PUGLIESE, Nastassja. Monism and Individuation in Anne V. Conway as a critique of Spinoza. *British Journal for the History of Philosophy*, v. 27, n. 4, p. 771-785, jul. 2019a.

PUGLIESE, Nastassja. A Questão do Cânone no Ensino de História da Filosofia. *O que Nos faz Pensar*, v. 28, n. 45, p. 402-413, jul-dez 2019b.

PUGLIESE, Nastassja. Filosofia, substantivo feminino. *Coluna Anpof*, 09 de março de 2020. Disponível em: <http://anpof.org/novo/comunicacoes/coluna-anpof/filosofia-substantivo-feminino>. Acesso em: 22 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

RIMBAUD, Arthur. *Obra Completa*. Lisboa: Relógio D'Água, 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou Da Educação*. São Paulo: Edipro, 2017.

SHAPIRO, Lisa. Revisiting the Early Modern Philosophy Canon. *Journal of the American Philosophical Association*, v. 3, n. 3, p. 365-383, fall 2016.

SMITH, Justin. E. H. The History of Philosophy as Past and as Process. *In*: LAERKE, Moegens; SMITH, Justin E. H.; SCHLIESSER, Eric (ed.). *Philosophy and its History: Aims and Methods in the Study of Early Modern Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2013.

WAITHE, Mary Ellen. *A History of Women Philosophers*. Volume I. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1987.

WITT, Charlotte; SHAPIRO, Lisa. Feminist History of Philosophy. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 9 mar. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/feminism-femhist/>. Acesso em: out. 2020.

WOLSTONECRAFT, Mary. *A reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2018.

Referência para citação deste artigo

PUGLIESE, Nastassja Saramago de Araujo. Sobre o resgate de obras filosóficas escritas por mulheres e algumas implicações pedagógicas. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, Porto Alegre, volume 2, número 2, p. 418 – 444, novembro de 2020.